



FETRAF-BAHIA: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado da Bahia

CNPJ - 07159267/0001-75 Rua Rockefeller, 70 - 1º andar Barris Cep 40.070-160 Salvador-Bahia.

TEL/FAX: (71) 3328-1722. E-mail: fetrafa@yahoo.com.br

“Agricultura Familiar, as mãos que alimentam a nação”.

**CONSOLIDANDO O DESENVOLVIMENTO E A ORGANIZAÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR**

**TEXTO-BASE DO II CONGRESSO ESTADUAL DOS
TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS NA AGRICULTURA
FAMILIAR**

Salvador, 18, 19 e 20 de abril de 2007

**FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DA
BAHIA – FETRAF-BAHIA**

DIREÇÃO

**Joeleno Monteiro dos Santos
Coordenador Geral**

**Maria da Conceição Bastos Santos
Secretária Geral**

**Claudionor Lima de Aquino
Secretário de Finanças e Serviços**

**Rosival Leite da Silva
Secretario de Comunicação**

**Ana Claudia Carvalho dos Santos
Secretária de Formação Sindical e Profissional**

**Maria Eliana Lima Santos
Secretária de Políticas para a Mulher**

**Eliane de Sousa Oliveira
Secretária da Juventude**

**José Ferreira Sales
Secretário de Políticas Agrícolas**

**Pedro Almeida dos Anjos
Secretário de Política Agrária**

**Joaci Moreira de Oliveira
Departamento de Organização da Produção, Comercialização,
Cooperativismo e Associativismo.**

**Jani Conceição Ferreira de Oliveira
Secretária de Políticas Sociais**

**Joaquim Barbosa Silva
Organização Sindical**

**Arnaldo Carlos da Silva
Secretário Especial de Políticas para Convivência com o Semi-Árido**

ÍNDICE

Apresentação	5
Conjuntura Política	7
Elementos da conjuntura nacional	7
Elementos da conjuntura internacional	10
Agricultura Familiar na Bahia e Desenvolvimento Sustentável e Solidário	10
Organização sindical e projeto político da FETRAF-BAHIA	13
Organização da produção, comercialização, cooperativismo e associativismo	14
Acesso a políticas públicas, agroindustrialização, zoneamento, seguro e assessoria técnica	16
Questões fundiárias: monocultura e reforma agrária	17
Política territorial e infra-estrutura no campo	19
Seguridade social	22
Meio Ambiente e Agroecologia	23
Segurança Alimentar, sementes e relações sociais	24
Agricultura Familiar e biocombustíveis	25
Relações de gênero na Agricultura Familiar	26
Educação do campo	27
Cultura e mística	28
Juventude rural, desenvolvimento e a reprodução social da Agricultura Familiar	31
Relações institucionais	32

APRESENTAÇÃO

A direção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Bahia – FETRAF-BAHIA – apresenta este documento-base aos delegados e delegadas do II Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar, como contribuição para o debate e para fundamentar as linhas estratégicas de ação para o próximo período. Busca-se o fortalecimento da missão política da FETRAF-BAHIA na construção de um verdadeiro projeto de desenvolvimento sustentável e solidário para a Bahia. Este documento-base é uma sistematização do acúmulo de ações e de proposições de experiências concretas vivenciadas pela FETRAF-BAHIA nesses últimos períodos.

O II Congresso da FETRAF-BAHIA realiza-se em um contexto político marcado pelo segundo mandato do presidente Lula no Brasil e pela vitória do governo Wagner na Bahia, em que esperamos ser uma oportunidade de avançar na implementação de um conjunto de políticas públicas que indiquem uma mudança do atual padrão hegemônico de desenvolvimento rural.

Nesse momento temos muitos desafios estratégicos que precisam ser enfrentados para colocar a agricultura familiar num patamar de disputa de projeto político e de desenvolvimento na sociedade.

A FETRAF-BAHIA, neste Congresso, pretende afirmar um posicionamento político que oriente suas ações políticas e de seus sindicatos. O presente documento-base representa um esforço em orientar essas ações, tendo em vista a próxima gestão da Diretoria da Federação.

O texto obedece à seguinte composição temática:

- Conjuntura política;
- Agricultura Familiar na Bahia e Desenvolvimento Sustentável e Solidário;
- Organização sindical e Projeto político da FETRAF-BAHIA;
- Organização da produção, comercialização, cooperativismo e associativismo;
- Acesso a políticas públicas, agroindustrialização, zoneamento, seguro e assessoria técnica;
- Questões fundiárias: monocultura e reforma agrária;
- Política territorial e infra-estrutura no campo;
- Seguridade social;
- Meio ambiente e Agroecologia;
- Segurança alimentar, sementes e relações sociais;
- Agricultura Familiar e biocombustíveis;

- Relações de gênero na Agricultura Familiar;
- Educação do campo;
- Cultura e mística;
- Juventude rural, desenvolvimento e a reprodução social da agricultura familiar;
- Relações institucionais.

Avanços e limitações constituem a complexidade e a riqueza deste momento ímpar, onde muito do que se faz ou fará pode contribuir para que a balança penda definitivamente para o fortalecimento da agricultura familiar.

Vamos guardar estreita relação com a determinação com que entramos na luta, com ousadia nos nossos sonhos e maturidade nos nossos passos.

Viva a Agricultura Familiar!!!

CONJUNTURA POLÍTICA

ELEMENTOS DA CONJUNTURA NACIONAL

A vitória política e eleitoral do Presidente Lula em 2002 foi o resultado de um longo processo de lutas e de acumulação de forças por parte do movimento popular. Primeiro, terminando um ciclo de domínio da ditadura militar, em seguida, elegendo pelo voto direto o presidente da República, depois, pela resistência às políticas neoliberais.

O primeiro mandato do Presidente Lula foi marcado por uma visão híbrida, que combinou um forte desenvolvimento de projetos sociais com uma política fiscal conservadora, que priorizou a estabilidade, o combate à inflação, com a receita de juros altos e o superávit primário elevado. Os melhores aspectos do governo vieram do que Lula mudou: as políticas externa, educacional, cultural e a social.

A reeleição do Presidente Lula em 2006 foi uma dura derrota da direita brasileira. O candidato Geraldo Alckmin (PSDB), que tinha em seu programa de governo o retorno às políticas neoliberais praticadas durante os oito anos de governo FHC, como as privatizações, a implantação da ALCA, a repressão aos movimentos sociais, recebeu a rejeição do povo brasileiro, apesar do apoio praticamente unânime da grande mídia.

O desempenho do governo Lula pode ser analisado considerando-se alguns elementos da estrutura social do Brasil. Histórica e culturalmente, o país se constituiu como um lugar que privilegiou a concentração de riqueza para poucos e a pobreza para milhões. Essa situação aprofundou-se com o baixo crescimento econômico dos últimos anos, uma vez que o crescimento da economia, na ordem de 2 a 3% ao ano, tem sido insuficiente para atender às demandas sociais, sobretudo na geração de renda e de emprego.

A implementação do neoliberalismo nos anos 90 fortaleceu o mercado diante do Estado. Esse processo aconteceu de diversas formas: transferência de bens e serviços para grupos privados (a venda da Vale do Rio Doce e do setor de telecomunicações); o endividamento público e as amarras colocadas no Estado pelo capital especulativo (juros altos e superávit elevado); o controle da opinião pública por pequenos grupos privados que detêm o monopólio da comunicação no país; o esfacelamento do poder público através da terceirização e do sucateamento das políticas públicas.

Diante desse cenário estrutural, a vitória de Lula, em 2002, representou um rompimento com essas políticas neoliberais, iniciando um novo momento da história política do Brasil: não foram realizadas privatizações e o Estado passou a ser compreendido como um elemento fomentador e indutor da economia. O governo implementou uma política externa calcada no conceito de soberania nacional, privilegiando relações com países em desenvolvimento,

especialmente da América Latina. A política de inclusão social iniciou-se com um processo de redução da desigualdade social.

No início de 2007, o Brasil iniciou um bom momento para retomar com força o desenvolvimento econômico e social. Do ponto de vista da macroeconomia, percebemos a existência no país de um conjunto de elementos que, devidamente integrados, revelam um ambiente favorável: inflação baixa; crescimento das exportações; expansão do mercado interno, com aumento do consumo popular e do crédito; ampliação do emprego e da renda dos trabalhadores e das trabalhadoras; crescimento dos investimentos públicos e privados.

Os problemas estruturais a serem enfrentados, como a dívida pública, se tornaram uma das principais barreiras para o desenvolvimento do Brasil. Vejamos o tamanho do problema. No âmbito federal, em 2005, foram pagos R\$ 139 bilhões, bem mais do que os R\$ 99 bilhões gastos nas seguintes áreas: saúde, educação, assistência social, agricultura, segurança pública, cultura, urbanismo, habitação, saneamento, gestão ambiental, ciência e tecnologia, energia e transporte. Mesmo com esse volume de dinheiro gasto no pagamento dos serviços da dívida, ela continua a crescer, sendo que em novembro de 2006 atingiu os R\$ 1.081 trilhão.

O governo Lula avançou muito na agenda social durante o primeiro mandato, com a implementação de uma política de recuperação do valor do salário mínimo, a ampliação de programas sociais como o Bolsa Família, o programa Luz Para Todos, o PROUNI e a ampliação dos recursos do FUNDEB na área da educação, mais recursos para a saúde e a geração de mais de 100 mil novos postos de trabalho com carteira assinada por mês.

A grande prioridade do Brasil no momento é o crescimento da economia, manter uma política fiscal conservadora, com altas taxas de juros, câmbio desvalorizado e alto superávit primário. Mantém-se a postura de mediar as tensões entre a agricultura patronal e a agricultura familiar. Não percebemos uma opção clara de favorecer a agricultura familiar, em função de seu papel estratégico na produção de alimentos para a segurança alimentar e de ocupar o maior contingente de pessoas no meio rural brasileiro; priorizou-se a política de governabilidade, com a composição das maiorias no Congresso Nacional, provocando o afastamento e a perda de relação privilegiada com os movimentos sociais populares; não enfrentou-se o monopólio da mídia, mesmo que tenha sido duramente atacada por ela.

Ao que nos parece, o conteúdo e as ações do segundo governo do Presidente Lula não deverão sofrer grandes mudanças em relação ao que foi o primeiro mandato. *Primeiro*, porque esse foi, majoritariamente, aprovado pela população brasileira, ao conferir ao Presidente mais de 60% dos votos; *segundo*, as correlações de forças na sociedade, no Congresso Nacional e nos governos estaduais, apesar de serem mais favoráveis, não permitem realizar movimentos bruscos de ruptura com determinados setores sociais; *terceiro*, a natureza da composição do governo, onde o PT perdeu espaço para o PMDB, o que reforça a postura de centro-direita do governo; *quarto*, pelo jeito Lula de ser, que é cauteloso, conciliador, prefere soluções negociadas ao invés de grandes irrupções.

Contudo, o debate político e ideológico desencadeado no processo eleitoral e a expressiva votação obtida pelo Presidente criam condições e perspectivas para avançar mais nas áreas sociais, bem como de disputar, em melhores condições, mudanças na política econômica do governo, adotando uma postura menos monetarista e mais desenvolvimentista. Aliás, esse movimento já está sendo operado pelo governo ao anunciar a política do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que tem como objetivo estimular o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) por meio de mais investimentos na economia.

O PAC é um programa estrutural que fixou uma agenda estratégica, provocando uma mudança na política econômica. O PAC tem diversos aspectos: organiza os investimentos públicos em infra-estrutura, tirando os projetos do contingenciamento orçamentário; induz e estimula o investimento do setor privado na produção; cria ferramentas de gestão pública para monitorar a implementação dos programas; estabelece metas a serem cumpridas em determinados prazos. Em particular é o tema do desenvolvimento que procura dirigir os ganhos obtidos, com o processo de redução da taxa de juros para o aumento do investimento público e não para a redução do estoque da dívida.

Resumindo, para o governo o Lula efetivamente avançar em mudanças mais estruturais precisa enfrentar um conjunto de desafios, que destacamos alguns deles:

- a) lutar contra o poder antidemocrático do monopólio da mídia, incentivando a concessão de canais para as rádios comunitárias e criar uma rede pública de TV;
- b) priorizar, efetivamente, os investimentos produtivos e em infra-estrutura em detrimento do capital especulativo;
- c) massificar o programa de reforma agrária e fortalecer a agricultura familiar;
- d) aumentar os investimentos nas políticas sociais, no sentido de aprofundar a inclusão social e de diminuir a pobreza.

Diante dessa perspectiva, os movimentos sociais e os setores de esquerda não podem reduzir o seu papel a “*ser do contra*”, mas, apresentar alternativas que sejam visíveis para a sociedade e que mobilizem para avançar no processo de mudança. Sendo assim, as organizações da sociedade civil têm uma função de não somente se constituírem em atores sociais, mas também de colocarem em movimento a ação do Estado, participando articulados, com capacidade de gerar institucionalidades, inclusive para dentro do Estado, assumindo uma posição propositiva e reivindicativa no processo da luta política pela transformação da sociedade.

A FETRAF-BAHIA reafirma seu compromisso de protestar e combater o projeto neoliberal e suas políticas excludentes e lutar contra qualquer tipo de desigualdade social dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo e da cidade. Não mediremos esforços para articular e mobilizar nossa base para lutas e ações de massa, bem como elaborar alternativas de desenvolvimento centradas na Agricultura Familiar.

ELEMENTOS DA CONJUNTURA INTERNACIONAL

As mudanças nas áreas da macroeconomia, da organização produtiva da geopolítica internacional, colocam novos desafios para a intervenção estratégica das organizações sociais nas diferentes esferas de negociação e definição de políticas institucionais no plano internacional.

A organização e articulação sindical internacional para enfrentar esse desafio da globalização é importante. É necessário que a FETRAF-BAHIA participe dos processos de intercâmbio da FETRAF-Brasil com outras organizações da agricultura familiar, tanto em relações bilaterais como em outras temáticas, para possibilitar conhecimentos e visões das temáticas e para se inserir no processo de debate e definição de filiação internacional da FETRAF-Brasil.

A cooperação internacional

O processo de cooperação internacional está sendo importante para estruturação da FETRAF-BAHIA, tanto no plano institucional como no avanço de suas temáticas. Destaca-se a comercialização no processo de organização das cadeias produtivas, discutindo e potencializando as iniciativas locais, contribuindo para o acesso dos agricultores e agricultoras aos programas de governos.

Política agrícola internacional

A FETRAF-BAHIA precisa urgentemente se preparar, através de mobilizações, capacitações sobre política agrícola e sobre desenvolvimento nas questões internacionais. Para intervir nesse processo, é importante para a FETRAF-BAHIA, em conjunto com a FETRAF-Brasil, participar no âmbito nacional e internacional, de espaços com os organismos multilaterais (FAO, OMC, etc.), participar das negociações internacionais no Mercosul, União Européia, OMC e ALCA e nas bilaterais com países em desenvolvimento, além de participar da REAF nos GT's de comércio e facilitação, no seguro agrícola, juventude, gênero e acesso à terra.

AGRICULTURA FAMILIAR NA BAHIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

O padrão de desenvolvimento historicamente hegemônico no Brasil tem se caracterizado por ser um processo concentrador da riqueza e da terra, destruidor de valores, excludente, socialmente injusto e ambientalmente insustentável. As organizações da agricultura familiar, com algumas entidades e instituições da sociedade civil, vêm lutando por mudanças estruturais que contribuam na construção de um projeto de desenvolvimento que seja alternativo ao projeto atual e que tenham como características fundamentais a sustentabilidade, democracia e solidariedade.

A agricultura familiar é uma das principais categorias sociais. Mais de 15 milhões de pessoas, no país, (para a FETRAF, na Bahia esse número pode

chegar a 1 milhão) vivem do trabalho no campo, numa enorme gama de diferentes realidades econômicas, sociais, culturais e étnicas. A agricultura familiar é responsável, também, pela geração de 40% do valor bruto da produção agropecuária, pelo desencadeamento de 10% do Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB), pela preservação significativa da biodiversidade e por uma expressiva ocupação do espaço territorial em 80% dos municípios do país (IBGE, 2000).

O estado da Bahia concentra o maior número de agricultores e agricultoras familiares do país. Baseado em números de estabelecimentos agrícolas no Brasil, dos mais de 4 milhões a Bahia possui 624 mil (Censo IBGE1995/96). Como esta identificação dos estabelecimentos se dá a partir da posse de algum documento, o número real de agricultores e agricultoras é bem maior, podendo chegar a quase o dobro, se considerarmos os agregados, meeiros, arrendatários, posseiros e outros.

Apesar das adversidades que enfrenta, a agricultura familiar na Bahia tem demonstrado um grande potencial produtivo, presente nas diversas regiões do estado. Ela é responsável pelo abastecimento dos mercados locais e regionais e oferece uma diversidade de produtos que atende a todos os itens da cadeia alimentar.

Apesar de constituir a maioria da população e o principal eixo da economia do campo, nas últimas décadas a agricultura familiar tem sido a mais prejudicada pela ausência de saúde, educação e infra-estrutura. As regiões mais bem atendidas em infra-estrutura e políticas públicas são aquelas influenciadas por outros atores de desenvolvimento, a exemplo do agronegócio da monocultura, turismo, indústrias. Do lado contrário, as regiões de grande concentração de agricultura familiar são as mais desprovidas de infra-estrutura e atendimento de políticas públicas. O campo baiano ainda campeia um alto índice de analfabetismo.

No que tange ao acesso às políticas públicas, principalmente ao crédito do PRONAF, estamos em quinto lugar: os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais aplicam mais em crédito do que a Bahia. Só o Rio Grande do Sul aplica mais de 1 bilhão de reais, enquanto que o Estado da Bahia não ultrapassa 400 milhões de reais.

Com base no Censo do IBGE, que, embora defasado, é o único que dispomos, a assistência técnica não consegue priorizar a agricultura familiar. Os dados indicam que a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário – EBDA – atende apenas a 2,7% da totalidade das propriedades da agricultura familiar, enquanto que o agronegócio é atendido em 17%.

A constituição do Projeto de Desenvolvimento baseia-se em um processo constante de construção coletiva e participativa, que não esteja centrado exclusivamente no progresso econômico, mas que leve em conta a integralidade, sustentabilidade ambiental, biodiversidade e segurança alimentar e garanta perspectivas seguras de qualidade de vida para as gerações futuras. A mudança do modelo econômico em curso para modelos solidários e associativos deve ser experimentada numa perspectiva mais ampla, de forma a assegurar distribuição de renda e auxiliar na conquista de outras necessidades para o desenvolvimento. A agroecologia, como ciência para a consolidação de uma nova matriz de produção agropecuária comprovadamente eficiente, deve

ser ampliada, com vistas a apoiar processos de transição agroecológica e assim alcançar níveis quantitativamente satisfatórios para a agricultura familiar na Bahia.

Por outro lado, o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura familiar se darão pela implementação de diversas iniciativas, que deverão estar interligadas para que possam produzir os efeitos desejados. As políticas de apoio à agricultura familiar devem, inclusive, contemplar aquelas atividades não-agrícolas, como a industrialização, a produção artesanal e o turismo rural, que têm grande potencial de geração de renda e ocupação.

A FETRAF-BAHIA acredita que a educação do campo, a partir de uma nova abordagem, contextualizada, somada a serviços de Ater com um enfoque participativo, dialético e holístico, e somada a serviços de infra-estrutura, apoio à produção e atendimento das necessidades básicas da agricultura familiar devem compor a pauta da luta diária dos agricultores e das agricultoras a ser garantida junto aos governos federal e estadual, ambos de construção coletiva e característica popular.

Ao longo de vários anos, os governos estaduais anteriores tiveram o agronegócio como principal setor econômico do campo, mesmo com os números da agricultura familiar contrapondo a essa hegemonia. A partir do governo Wagner a agricultura familiar tem ganhado acenos de possíveis mudanças, como a criação da SUAF (Superintendência da Agricultura Familiar), da SESOL (Superintendência de Economia Solidária) e da SDS (Secretaria de Desenvolvimento Social) e a reformulação de secretarias importantes, como a SECTI (Secretaria de Ciência e Tecnologia). Esperamos disposição real do atual governo para alterar a estrutura de implantação e a política de ATER como prioridade máxima para a agricultura familiar.

A partir da ampliação das políticas públicas do Governo Federal e da criação de novas políticas no Estado, o governo Wagner tem a possibilidade de implementar políticas importantes de acesso à terra (priorizando a regularização fundiária e a distribuição das terras públicas, devolutas e improdutivas do Estado), de infra-estrutura, ATER, educação, de valorização da mulher e da juventude, de reparação e desigualdade racial, entre outras.

A FETRAF-BAHIA, no seu II Congresso da Agricultura Familiar, vem reforçar a necessidade de uma nova política nacional e estadual de desenvolvimento sustentável e solidário. Baseada na construção participativa e democrática, característica desse congresso, questionamos:

- Qual é o desenvolvimento sustentável que a agricultura familiar espera do governo Wagner? O que fazer para garantir que o governo priorize, de fato, através de suas ações, a agricultura familiar?
- O que a agricultura familiar deve fazer para disputar com o modelo capitalista de desenvolvimento em curso, baseado na monocultura e na concentração de terra e renda?
- Como ampliar as alternativas educacionais e agroecológicas sustentáveis para a agricultura familiar do estado?

- Como discutir formas de melhoria da participação da agricultura familiar nos espaços coletivos de decisão política, para a ampliação do desenvolvimento sustentável?

ORGANIZAÇÃO SINDICAL E PROJETO POLÍTICO DA FETRAF-BAHIA

A história recente do Movimento sindical remonta aos anos 50 do século XX. Neste cenário, o Estado, com legislações getulistas, expressava uma concepção de sindicalismo com atrelamento e assistencialismo e de colaboração de classe, que consolidou práticas aparelhistas, empreguistas e apáticas às bandeiras históricas dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Com o golpe militar de 1964, consolidaram-se leis que permitiam ao Estado o total controle das organizações. Impuseram-se condições contrárias às práticas progressistas, com proibições a meios democráticos de construção política e à consolidação de organismos de classe com bandeiras mais ideológicas e estruturantes.

Cada estágio da sociedade e suas formas de governo exigem o refazer das formas de luta, táticas e práticas condizentes com o momento, capazes de enfrentar e superar desafios da conjuntura, tendo em vista sempre os princípios que originaram a nossa concepção de organização e que norteiam o nosso projeto político.

Alguns setores da classe trabalhadora buscaram construir organizações constituídas sob princípios classistas e de luta, autônomas e livres, resgatando bandeiras históricas e fazendo a luta imediata, econômica e social, defendendo um projeto de sociedade democrática, justa e soberana.

Nesta trajetória, obtivemos muitas vitórias e muitas derrotas, muito investimento de pessoal e financeiro, muita disputa de aparelhos, porém, pouca construção do projeto de natureza sindical, pautado na autonomia enquanto movimento social de organização dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Nas últimas décadas, afloraram nitidamente duas concepções de organização sindical no campo brasileiro. De um lado, companheiros e companheiras com marcas históricas, porém, destinados a bancar a continuidade do projeto de sindicalismo implantado pelo Estado e pela ditadura militar, alterando apenas algumas formas de fazer o movimento e com o mero discurso da autonomia. De outro lado, companheiros e companheiras que buscaram preservar e bancar os princípios que nortearam a construção do projeto sindical expresso na CUT, de um sindicalismo classista, autônomo, democrático e de luta, com compreensão da diversidade de organização necessária ao projeto sindical da Agricultura Familiar e buscando ainda alterar práticas e culturas “peleguistas” e individualistas.

Afirmamos a necessidade de dois projetos de organização sindical no campo. Um projeto que represente, organize e congregue os assalariados rurais e outro para a agricultura familiar, com suas características e formas de organização próprias, construindo sua política de desenvolvimento sustentável e consolidando seu projeto de organização.

Na questão da sustentação sindical, deparamo-nos com as imposições da legalidade, como, por exemplo, os descontos automáticos, ao invés de lutar pelo reconhecimento espontâneo e consciente dos agricultores e das agricultoras e pelos meios legítimos de bancar os custos da organização. A história da organização sindical tem provado que quando a categoria vê na sua organização resposta às suas demandas e ações representativas, os trabalhadores e trabalhadoras não se furtam em contribuir financeiramente, bancando a estruturação e a política desenvolvida nas suas organizações. Entretanto, nos últimos anos, na ausência de capacidade real de dar respostas às questões individuais e coletivas, o Movimento Sindical lança mão, cada vez mais, de práticas autoritárias e antidemocráticas com respaldo na legalidade.

Nesse contexto surge a FETRAF-BAHIA, ousando bancar o projeto de organização da Agricultura Familiar, buscando construir sua formulação tática, estratégica e o seu projeto político, com o intuito de refletirmos sobre a nossa prática sindical, sobre os nossos instrumentos de organização, sobre a relação com demais atores sociais e suas formas de organização da Agricultura Familiar.

Nos indagamos:

- Que concepção sindical queremos para o nosso projeto?
- Que aprendizado e que prática pedagógica estamos construindo para o nosso projeto político? Quais os instrumentos necessários para construir o projeto de organização da Agricultura familiar?
- Qual a organização do local de trabalho: associação, delegacia sindical ou outro? Quem define a forma e a abrangência dos sindicatos de agricultores e agricultoras: a legislação sindical ou a necessidade de organização?
- Que prática sindical estamos construindo? Qual a organicidade da associação, cooperativa e o sindicato?
- Qual a leitura da atual sustentabilidade financeira das nossas organizações sindicais?
- Quais as alterações políticas que propomos? Qual a representatividade dos nossos sindicatos?
- Quais as principais características para o nosso projeto político sindical? Quais as principais bandeiras que constituem o nosso projeto?

ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO, COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO

A organização da produção se dinamiza em um contexto de grande complexidade de temas e de sujeitos sociais.

A agricultura familiar, em sua forma de subsistência, ainda executa métodos artesanais, em maioria absoluta sob força física (braçal) e ausentes de uma organização coletiva forte. Sem este elemento coletivo/organizativo, prevalece em sua prática o individualismo, sem o uso da força de trabalho coletiva da

família. Neste sentido, o agricultor e a agricultora, ao pensarem em produção em escala (produção com reserva comercial), necessitam avançar na superação destes desafios postos, pois, apenas com o domínio do seu conhecimento histórico (acumulado), sentem grandes dificuldades em acessar os recursos materiais e superar os seus limites de convivência com as transformações climáticas.

Para organizar a produção é necessário compreender estes desafios e outros, como a realidade do seu solo, a sanidade das suas plantas e a saúde dos seus frutos. Isto, pensando da “porteira” da propriedade para dentro. Pensando “da porteira para fora”, é necessário que este agricultor e esta agricultora compreendam quem espera o seu produto, pois nele está a esperança da remuneração, sem falar na possibilidade da agregação de valor, ou seja, é necessário pensar também no beneficiamento.

Produzir e comercializar é uma prática de relação social necessária a partir do agricultor e da agricultora, do produto, da comunidade, do mercado e da sociedade. Temos necessidade de políticas públicas que alterem essas relações sociais, pois o agricultor e a agricultora, ao produzirem, pensam ou precisam de crédito, assistência técnica, organização para o comércio. Nesta forma de subsistência da agricultura familiar, muitas vezes não se leva em consideração um planejamento de trabalho para se observar custos, aplicação de material necessário, portanto, continua-se sem a compreensão do custo nem do valor do produto a ser comercializado.

Percebemos que os agricultores e as agricultoras têm provado a sua capacidade de produção. Apesar dos desencontros, o difícil tem sido comercializar os produtos. Outrossim, é a gestão de políticas coletivas, a administração de bens públicos coletivos, que dá suporte ao desenvolvimento comunitário necessário à agricultura familiar. É nesta realidade que se atribui ao associativismo e ao cooperativismo a função de agregar a comunidade, o município ou a região, em busca da somatória de conhecimentos – solidariedade na partilha de forças e busca da gestão comum. O óbvio deste contexto é o papel de distanciamento de muitas associações destas premissas, fazendo com que as entidades assumam um mero papel de cartorial para recebimento de benesses e favores.

Acreditamos na associação comunitária enquanto instrumento de organização de bens comunitários e enquanto espaço de trocas de aprendizagens, com gestão dos bens comuns e políticas comunitárias (plurais e democráticas). Por sua vez, o tema cooperativismo, pela forma empregada na história do desenvolvimento do campo, cumpre o mesmo destino das associações: o descrédito e a “difamação”. A mesma legislação que limita as associações atribui o seguinte papel às cooperativas: de gestão do processo produtivo e de comercialização da categoria mobilizada.

Precisamos resgatar o cooperativismo a partir de um processo educativo para uma prática de cooperação entre os sujeitos individuais, para reprodução do processo organizativo, restabelecendo os princípios éticos do cooperativismo solidário. Nas últimas conjunturas políticas e econômicas, o instrumento cooperativo tem sido muito aclamado para dar respostas a uma lacuna organizativa do processo de produção e de comercialização. Compreendemos, portanto, que a afirmação da interação entre organização da produção,

associativismo e cooperativismo se dará para consolidar processos permanentes de produção e comercialização.

Diante do exposto, problematizamos:

- Qual a compreensão histórica e atual para implantar o cooperativismo?
- Na relação associação/cooperativa, como se definem esses papéis, no processo de produção e de comercialização?
- No planejamento da produção, como pensar demanda de consumo da família e excedentes para mercado ?
- O que é necessário para melhorar a qualidade da gestão em associações e cooperativas?

ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS, AGROINDUSTRIALIZAÇÃO, ZOENAMENTO, SEGURO E ASSESSORIA TÉCNICA

Historicamente, no Brasil, as políticas econômicas sempre foram altamente desfavoráveis à Agricultura Familiar. Mesmo representando a maioria expressiva dos estabelecimentos rurais no país - na Bahia somos mais de 600 mil – e sendo a grande responsável pelo abastecimento interno, vimos sofrendo sistematicamente com as graves conseqüências resultantes do abandono e descaso dos Governos. Esse quadro agravou-se a partir dos anos 1990, com o avanço da visão neoliberal, que encolhe as funções econômicas e sociais do Estado, reduz as políticas públicas para a agricultura, particularmente a de base familiar, expõe-na ao processo de globalização, a uma dinâmica de competição desigual, gera exclusão e amplia as desigualdades sociais.

Com a mobilização dos movimentos sociais e suas organizações de base, a partir de 1995 conseguiu-se avanços, como a criação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –, que vem tendo um aumento gradual do aporte de recursos no decorrer do primeiro governo do PT.

Ainda assim o Nordeste teve dificuldades em acessar esses créditos, devido à capacidade reduzida de apresentar propostas e ao desmantelamento do órgão responsável pela ATER na Bahia. A política agrícola atual é composta por diversos programas voltados para o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura de base familiar, que ainda não estão consolidados como política de governo e que podem ser ampliados ou reduzidos de acordo com a tendência dos partidos políticos que estão no poder e sua visão de desenvolvimento.

Os desafios para as entidades representativas da agricultura familiar passam pela consolidação dessas políticas, pela estruturação do processo de assessoria técnica oficial e não oficial, pela formação de lideranças capazes, críticas e propositivas e pela redefinição do seu papel na construção e/ou execução dessas políticas.

Nessa ótica, compete a todos e a todas as representantes dos movimentos sociais presentes neste congresso discutir e traçar diretrizes políticas de consolidação dos programas voltados para a agricultura familiar, com regras claras e definitivas, transformando-as em políticas de governo independente da coloração partidária ou do grupo político no poder.

Propomos, então, como principal diretriz política, construir políticas públicas para a agricultura familiar de caráter definitivo, com normas e legislação adequadas à agricultura de base familiar e com o aporte de recursos necessários definidos em lei, fortalecendo a agricultura familiar na perspectiva de um desenvolvimento social, cultural, econômico e ambiental com sustentabilidade.

Esse debate nos remete às seguintes questões:

- Como elaborar e implementar uma Política Agrícola que adeque os programas existentes à realidade e diversidade da agricultura familiar, com legislação apropriada, aporte de recursos suficientes, infra-estrutura de beneficiamento e comercialização e inserção de gênero, geração e etnia?
- Quais os desafios para formar lideranças jovens e adultas capazes, que possam responder às mudanças e ao entendimento das políticas públicas para a agricultura familiar?
- Como podemos atingir o conjunto da população rural sobre a necessidade de fortalecer as organizações em prol do desenvolvimento local sustentável e do acesso às políticas públicas?
- Quais estratégias devemos criar para ocupação dos espaços de decisão e proposição de políticas públicas para a agricultura familiar?
- Como criar instrumentos duradouros de assessoria técnica de apoio às organizações de base e à federação, qualificando o processo de intervenção da agricultura familiar?

QUESTÕES FUNDIÁRIAS: MONOCULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Para entendermos a questão fundiária na Bahia e no Brasil, como o avanço das monoculturas, com a conseqüente concentração de terras e a Reforma Agrária, temos que voltar no tempo e iniciar a nossa conversa em três acontecimentos que foram cruciais para a construção do modelo excludente com o qual nos deparamos na atualidade:

- A invasão do Brasil pelos colonizadores portugueses, subjugando os povos indígenas que aqui viviam;
- O pacote tecnológico imposto pela Revolução Verde na década de 1970;
- O processo lento e desastroso do Programa Nacional de Reforma Agrária na Bahia e no Brasil.

No período colonial, grandes extensões de terras no Brasil foram doadas por Portugal a um reduzido grupo de “senhores”. Às pequenas propriedades

restaram pequenos pedaços de terras no interior de grandes fazendas ou em áreas de pouco interesse econômico.

Estes primeiros agricultores e agricultoras familiares eram índios, negros fugidos ou libertos e uma camada de europeus que não recebeu as benesses do império. Praticavam uma agricultura de subsistência e, ao contrário do modelo exportador da época, produziam alimentos para a comunidade local.

A agricultura familiar construiu a História do Brasil desde o seu início. Ela sempre existiu de forma periférica ao modelo exportador e concentrador dos meios de produção, baseado na monocultura da cana-de-açúcar, café, cacau, soja e, atualmente, o eucalipto.

O Nordeste foi o primeiro centro político do Brasil colonial e também a primeira região ocupada pela agricultura colonial, na forma de grandes plantações de cana-de-açúcar. Este modelo, que se reproduziu também na Bahia, representou e representa a relação de domínio pessoal dos grandes proprietários sobre uma vasta classe de trabalhadores submissa às suas ordens.

O acesso à terra era concedido ou retirado de acordo com as necessidades das grandes plantações dos proprietários e as famílias não tinham garantias de estabilidade. Apenas nas terras mais distantes do litoral (agreste e sertão), é que surge uma agricultura familiar independente, baseada na pecuária extensiva.

Para a agricultura familiar sempre restaram as terras de baixa produtividade. A monocultura e o latifúndio tornaram-se os maiores responsáveis pela destruição da mata atlântica, fazendo com que as terras ocupadas se tornassem improdutivas com os sucessivos plantios, o que exigia sempre a derrubada de novas áreas na mata.

A agricultura familiar na Bahia corresponde a 88,3% do total de estabelecimentos e ocupa apenas 43,5% da área agrícola total e 43% do valor bruto da produção agropecuária (Censo agropecuário – 1995/96 – IBGE).

Com o fim dos subsídios ao crédito rural do Governo Federal na década de 1990, muitos fazendeiros que utilizaram a política de crédito rural de modo especulativo preferiram ceder as terras dadas em garantia para liquidar débitos junto ao Banco do Brasil. Essas terras foram transferidas para o INCRA e são a base para a política de assentamentos de reforma agrária do Governo Federal.

A reforma agrária passa então a ser vista de duas maneiras diferentes. Pela elite conservadora é considerada desnecessária como incentivo ao desenvolvimento econômico, uma vez que o país já se modernizou e vem crescendo economicamente a partir da opção pelo modelo exportador das grandes empresas rurais. De outro lado, os movimentos sociais defendem que, ao se efetivar a redistribuição de terras, estas se tornam um capital essencial aos meios de produção para a agricultura familiar.

Um grande desafio da reforma agrária é ser mais do que a mera distribuição de terras, como acontecia no passado. É ser um processo de apoio político, econômico e social ao novo agricultor e agricultora que se instalam.

Na atualidade, o maior desafio é conceber uma estratégia ousada na área da organização socioeconômica, que resulte num processo concreto de redistribuição de terras e reordenamento agrário, para fazer avançar o projeto político de desenvolvimento sustentável e solidário e qualificar o nosso processo de disputa com as classes dominantes de forma articulada, competente e inteligente.

Sobre a reforma agrária podemos indagar:

- O modelo de reforma agrária existente no país resolve o problema da distribuição de terras?
- Que modelo de reforma agrária queremos?
- O que podemos, enquanto movimento social, fazer para melhorar a distribuição de terras no Brasil?

POLÍTICA TERRITORIAL E INFRA-ESTRUTURA NO CAMPO

Nos últimos quatro anos, os Territórios de Identidade têm sido um dos espaços mais importantes e democráticos de discussão, proposição e execução de políticas públicas macro, direcionadas para a organização, fortalecimento e consolidação da agricultura familiar e suas organizações, na Bahia e no Brasil.

Os *Territórios* se orientam por uma concepção de desenvolvimento que tem seu principal eixo na formulação de políticas que contraponham o modelo apresentado pelos governos neoliberais do PSDB e PFL. Se contrapõem, portanto, a um modelo dominante cujo pano de fundo é o Agronegócio, que gera a concentração da renda e dos meios de produção com exclusão social e o desequilíbrio ambiental, e propõem políticas que fortaleçam a agricultura de base familiar e o desenvolvimento rural sustentável, com a redistribuição equânime da renda e dos meios de produção e a inclusão social.

O Desenvolvimento Territorial é um enfoque de ação que no governo Lula alcança a posição de política pública, assumido pelo MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário – e outros ministérios. A ação da SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial – junto aos territórios é de criar as condições para que as políticas estruturantes e finalísticas, que contribuam com o desenvolvimento rural sustentável, tenham maior eficiência e eficácia. Cabe, então, à SDT, como representante do Governo, implementar a política de Desenvolvimento Territorial, estabelecer um conjunto de diretrizes, produtos e resultados a serem alcançados, bem como contribuir para o aprimoramento constante destas metodologias.

Gestão Social dos Territórios Rurais

A Abordagem Territorial significa identificar e constituir institucionalmente os territórios, a partir da composição de identidades regionais como elemento aglutinador e promotor do desenvolvimento sustentável. Todos os processos da gestão do desenvolvimento buscam a participação local, desde a articulação dos agentes locais em torno das ações que irão dar os contornos de seu futuro,

até o monitoramento e avaliação de resultados e a redefinição dos novos contornos.

Espera-se que os resultados alcançados pelas iniciativas desencadeadas nos marcos desta nova concepção contemplem quatro das principais dimensões dos processos de desenvolvimento:

A dimensão econômica - resultados econômicos com níveis de eficiência obtidos através da capacidade de usar e articular recursos para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenas empresas e agricultores. Dessa forma, deve-se buscar a organização dos sistemas locais de produção, possibilitando transformar as vantagens comparativas locais em vantagens competitivas regionais.

A dimensão sociocultural - mais equidade social, com intensa participação dos cidadãos e cidadãs nas estruturas de poder, tendo como referência a história, os valores, a cultura do território e o respeito pela diversidade.

A dimensão político-institucional - criação de novas institucionalidades, que permitam a construção de políticas territorialmente articuladas e negociadas, ressaltando o conceito de governabilidade democrática e a promoção e o exercício da cidadania.

A dimensão ambiental - compreensão do meio ambiente como ativo do desenvolvimento, enfatizando a idéia de gestão sustentável da base de recursos naturais e estimulando novas formas, mais responsáveis, de uso social da natureza.

A construção e a implementação da territorialidade se alicerçam em três eixos estratégicos:

Organização e fortalecimento dos atores sociais: processo de incremento das redes sociais dos territórios através de ações permanentes e transversais de mobilização, organização e capacitação, onde se toma como referência a busca pela maior autonomia e empoderamento das comunidades na gestão do desenvolvimento;

Adoção de princípios e práticas da gestão social: procedimentos que estimulem a adoção de práticas características da gestão social do desenvolvimento e pela busca dos espaços de debate e concertação capazes de garantir a transparência, a participação e a sustentabilidade;

Implementação e integração de políticas públicas: promover a convergência de diferentes iniciativas de políticas públicas, facilitando o diálogo e a efetiva integração vertical (municipal, territorial, estadual e nacional) e horizontal (entre órgãos e/ou entidades distintas que atuam em um mesmo nível).

A gestão social é uma maneira de gerir assuntos públicos, em particular as políticas e iniciativas voltadas para a promoção do desenvolvimento das áreas rurais. Para que ela ocorra de maneira eficaz, deve se apoiar em sistemas descentralizados, baseados em forte participação, com maior fluidez e densidade de informação, de estabelecimento de parcerias e de articulações em rede. O desenvolvimento territorial requer a construção de pactos – isto é,

de formas de articulação social entre os diversos agentes locais, públicos e privados –, o detalhamento do pacto em um plano de desenvolvimento negociado, a construção de institucionalidades que representem espaços de compartilhamento do poder e das responsabilidades e, finalmente, mecanismos de controle social sobre as ações previstas no plano.

Tal visão contrasta com as concepções mais formalistas de participação social. Enquanto para uns seu principal objetivo é fiscalizar a aplicação de recursos, aumentando com isso sua eficiência, com a idéia de gestão social pretendemos que os agentes sociais e o poder público estejam presentes em todos os momentos: desde a mobilização e a sensibilização até o posterior acompanhamento e controle social sobre as ações pactuadas.

Dois requisitos são necessários para que um verdadeiro processo de gestão social ocorra. Em primeiro lugar, é preciso um ambiente marcado pela descentralização política e administrativa, que permita redefinir formas de organização social e estabelecer novas relações entre o político, o social e o econômico, numa perspectiva de sustentabilidade, transparência e efetiva participação da sociedade. Em segundo lugar, é preciso desenhar ações que conduzam ao empoderamento da sociedade, com a formulação de compromissos entre o público e o privado, entre agentes já constituídos e plenamente inseridos nas dinâmicas de desenvolvimento e os agentes marginalizados e com dificuldades de acesso aos espaços de decisão.

Contudo, o movimento sindical e suas organizações representativas têm ocupado pouco estes espaços e, quando os ocupam, é de forma desarticulada e pouco qualificada. Parecem não ter a percepção de sua força e poder dentro desses espaços na concepção de modelo de desenvolvimento com sustentabilidade e inclusão social do público ao qual representa.

Por tudo isso, a base das estratégias de inserção dos movimentos sociais representativos da agricultura familiar na política de apoio ao desenvolvimento territorial consiste em estimular a participação na gestão social, com a superação de processos assistencialistas. Participar da gestão é, principalmente, contribuir para o processo de decisão sobre as questões estratégicas do desenvolvimento, pois é nele que o indivíduo reforça sua auto-estima, posicionando-se como sujeito, vivenciando uma dimensão essencial da cidadania.

Diante dos fatos apontados e oportunidades que se apresentam na atual conjuntura política, problematizamos:

- As políticas públicas de geração de renda no meio rural, educação do campo, saúde, assessoria técnica e acesso aos meios de produção têm atendido as nossas necessidades?
- Como podemos discutir e elaborar políticas e programas de infra-estrutura de habitação rural, estradas, energia elétrica e captação e abastecimento de água, especialmente no semi-árido?
- Quais os desafios para uma formação de lideranças locais, regionais e estaduais, que possam atuar de forma qualificada nos espaços públicos de discussão e proposição de políticas que fortaleçam a agricultura familiar?

SEGURIDADE SOCIAL

A previdência social foi reconhecida em 1988 como um direito do cidadão e um dever do Estado. Ao garantir renda para as famílias nos momentos de dificuldades, a previdência social acaba cumprindo um papel no combate à pobreza e na distribuição de renda, pois sua abrangência permite transferências de renda da população mais rica à população mais pobre, do setor urbano para o setor rural e de regiões mais desenvolvidas para regiões menos desenvolvidas. Do ponto de vista do setor rural, a Previdência é um dos principais mecanismos de distribuição de renda.

A participação dos agricultores e das agricultoras familiares no Regime Geral da Previdência Social, a partir da Constituição de 1988 e das Leis 8.212 e 8.213 de 1991, resgata uma dívida social histórica e foi, sem dúvida, uma das principais conquistas do final do século passado. A inserção da agricultura familiar – homens e mulheres – no Regime Geral da Previdência Social e a redução em cinco anos na idade da aposentadoria foram conquistas fundamentais que potencializaram enormes impactos na vida das famílias, nas comunidades rurais e nos pequenos municípios.

No entanto, ao mesmo tempo em que reconhecemos os significativos avanços produzidos por essas conquistas sociais, queremos ressaltar que são necessárias importantes e imediatas mudanças, tanto na legislação como nos procedimentos práticos, visando aperfeiçoar o sistema, eliminar as exclusões e garantir a igualdade de acesso aos direitos.

No atual sistema permanecem diferentes problemas: falta de documentação; concepção de previdência rural ainda assistencialista por parte do INSS e seus funcionários, que a julgam como concessão e não como um benefício; concepção ultrapassada de agricultura familiar, pois o meio rural mudou, especialmente, com a crescente realidade das agroindústrias familiares e do cooperativismo solidário. Essas são algumas das questões que necessitam, urgentemente, ser debatidas, enfrentadas e superadas, com maturidade, com seriedade e com empenho.

Diante disso, a FETRAF-BAHIA defende o seguinte programa em relação à política previdenciária para a agricultura familiar:

- Como podemos nos organizar para defender a implementação efetiva, no sistema previdenciário, dos seus princípios fundamentais e constitucionais da solidariedade, da equidade e da igualdade de direitos e de oportunidades, garantindo-se a participação dos agricultores e das agricultoras familiares no RGPS – Regime Geral da Previdência Social?
- Quais as mudanças imediatas que a atual legislação sobre seguridade social necessita?

MEIO AMBIENTE E AGROECOLOGIA

A grave crise ambiental, que hoje devasta todo o planeta, tem gerado intensa preocupação entre os setores comprometidos com o futuro da humanidade. Muitas correntes e outras forças sociais conscientes constataam que o capitalismo, na fase mais destrutiva e regressiva da sua história, tem agravado ainda mais o frágil e delicado equilíbrio da natureza. Muitos chegam a prognosticar que a globalização neoliberal em curso coloca em risco a própria existência da vida na Terra.

No Brasil, em geral, as políticas ambientais têm se preocupado essencialmente com os ecossistemas naturais, com pouco interesse pelos sistemas agropecuários.

A Agricultura Familiar, embora tenha sido excluída, em muitas regiões, do processo de modernização da agricultura, em função do seu isolamento e da falta de crédito, subsídios, pesquisa e assistência técnica, disponibilizados prioritariamente ao agronegócio, também foi alvo da revolução verde, tendo seus sistemas de produção e dinâmicas locais modificados drasticamente.

Na esfera ambiental, além das questões relacionadas com a degradação dos recursos hídricos e do solo, agrega-se a diminuição da biodiversidade, resultado da simplificação dos agroecossistemas familiares, que passam a ser compostos por uma gama restrita de plantas e animais, com a perda de germoplasmas e o aumento da sua vulnerabilidade.

No âmbito econômico, político e social, os efeitos traduzem-se na subordinação e perda de autonomia da agricultura familiar no processo produtivo; na alteração das formas de gestão das unidades familiares; na relação de dependência e exploração diante das indústrias.

Este quadro tem gerado um grave problema social, agravado pela crescente diminuição dos números de estabelecimentos rurais de base familiar em todo o país, gerando concentração fundiária e concentração de renda.

A FETRAF-BAHIA defende a necessidade de construir políticas públicas para a recuperação e preservação do meio ambiente, fortalecendo a agricultura familiar na perspectiva da sustentabilidade: agroecologia, diversificação, preservação da biodiversidade, proteção das águas, com incentivo e compensações para os agricultores familiares que prestam serviços ambientais.

Propomos a elaboração e implementação de uma Política de Incentivos por Serviços Ambientais prestados pela agricultura familiar, incluindo uma política de compensação financeira pela preservação ambiental das florestas.

O alcance dessa proposição passa pelos seguintes questionamentos:

- A legislação ambiental é adequada às diversidades regionais?
- Quais os princípios que devem nortear a implementação de políticas públicas para o meio ambiente, considerando o ponto de vista da agricultura familiar?

- Como podemos nos inserir na luta pela Criação de Áreas Livres de Transgênicos, considerando que a expansão da produção transgênica no Brasil se deu de forma descontrolada e prejudicial a territórios que vinham na construção de uma sustentabilidade na área rural?

SEGURANÇA ALIMENTAR, SEMENTES E RELAÇÕES SOCIAIS

Ao longo da história da humanidade, os agricultores e agricultoras desenvolveram estratégias de sobrevivência baseadas no uso sustentável das diversas espécies vegetais e animais: produção, criação, seleção, armazenamento, uso, etc.

Com a modernização da agricultura baseada nos princípios da Revolução Verde, hoje se reconhece que esta modernização foi a causadora de muitos problemas sociais e ambientais, tais como a dependência crescente de insumos e tecnologia, uma baixa eficiência energética dos cultivos, a degradação dos recursos naturais, a perda da capacidade produtiva dos solos, contaminação, erosão genética e cultural, resistência crescente aos agrotóxicos.

Nos últimos anos, a discussão sobre direito à alimentação e o desenho de políticas públicas na área de segurança alimentar e nutricional (SAN) vem sendo ampliada no cenário internacional e, também, no Brasil. Mesmo sendo considerado um país que possui muita riqueza e diversidade, infelizmente, concentra terra e renda, privilegia pequenos grupos, enquanto a maioria de seu povo vive na pobreza e na miséria.

No Brasil, o modelo de produção na agricultura está privilegiando as grandes monoculturas do agronegócio, com base em alguns produtos que são exportados. As consequências desse modelo são catastróficas, pois não produzem alimentos, destroem biomas e a biodiversidade, diminuem os recursos hídricos, desempregam e expulsam famílias do campo, expõem pessoas às condições desumanas de trabalho e são responsáveis pela violência no campo.

Um conjunto grande de experiências desenvolvidas pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras e suas organizações, povos indígenas, em diferentes regiões do país vêm conservando, gerando e aumentando a diversidade de sementes locais, também conhecidas como crioulas ou tradicionais.

As sementes crioulas estão sendo massivamente substituídas pelas sementes híbridas e, mais recentemente, pelas sementes transgênicas. Enquanto as sementes crioulas são patrimônio de toda a humanidade, as sementes transgênicas foram criadas e são propriedade privada das empresas multinacionais norte-americanas.

O que as sementes híbridas e as transgênicas têm de diferentes das sementes crioulas? Enquanto que estas sementes podem ser plantadas e reproduzidas ano a ano, segundo os interesses dos povos que as cultivam, as sementes híbridas vão perdendo a sua capacidade genética (vigor híbrido) de reprodução quando são replantadas safra após safra. Nessas circunstâncias, o agricultor e a agricultora são obrigados a comprar as sementes híbridas toda vez que desejarem plantar. Sementes são bens culturais que integram o patrimônio dos povos a serviço da humanidade, não podem ser confundidas com um mero insumo agrícola regulado por interesses de empresas privadas.

A semente crioula é modificada ao longo dos anos sem passar por processos químicos. Elas são cultivadas por agricultores e agricultoras familiares e são melhoradas através de processos de cruzamento entre as variedades no decorrer dos anos, adaptando-se assim às condições climáticas com o tempo, promovendo a independência dos agricultores e das agricultoras.

Reafirmamos e lutamos pelo direito dos agricultores e agricultoras produzirem, trocarem e comercializarem suas sementes. Mesmo a agricultura familiar recebendo poucos recursos e incentivos para a produção, contribui com mais de 70% da produção, de maneira diversificada e com muito menos verba que o agronegócio. É a pequena propriedade que produz os alimentos que vão para a mesa dos brasileiros e das brasileiras.

- Que modelo de agricultura queremos? Que tipo de sementes plantar?
- Quais políticas públicas de incentivo à preservação de sementes crioulas desejamos?
- Queremos ser dependentes das empresas multinacionais que produzem sementes?
- Como fica o ambiente de áreas onde são produzidas as monoculturas?

AGRICULTURA FAMILIAR E BIOCOMBUSTÍVEIS

Em 2003 o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Biocombustíveis – PNB – como forma de diminuir no país o uso de combustíveis fósseis (combustíveis à base de petróleo, que poluem o meio ambiente através da emissão de gases tóxicos, como os dióxidos de carbono, de enxofre e de chumbo). O programa prevê que no mínimo 50% da matéria-prima (grãos ou óleo bruto) seja de origem da agricultura familiar. Esta lei possibilita que o processo de inclusão da agricultura familiar seja uma prioridade.

O que nos remete a perguntar é: Que tipo de inclusão está em curso e qual a inclusão que queremos? Por onde ela passa? Até que ponto a agricultura familiar participa meramente da produção de matéria-prima?

A produção de energias renováveis está na pauta mundial e o Brasil é o país que mais tem potencial para a produção dessas energias, principalmente a partir da biomassa (a partir de vegetais). A meta em números de milhões de litros colocadas para a agricultura familiar significa que, além de aumentar a produção de oleaginosas por área plantada, devemos aumentar

consideravelmente as áreas para novos plantios. A essa reflexão cabe salientar que há um risco de competição entre a produção de energia e a produção de alimentos.

Para melhor compreensão, questionamos:

- Qual a prioridade da agricultura familiar na participação do PNB?
- Como fica a produção de alimentos para autoconsumo e para comercialização?
- O que podemos fazer para potencializar a produção de alimentos?

RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR

O trabalho da mulher do campo é muitas vezes entendido como um prolongamento das atividades domésticas. É a chamada “invisibilidade do trabalho feminino”, que significa a sua não-valorização e desvalorização econômica. A mulher desempenha um trabalho reprodutivo, que apenas visa manter a força de trabalho na unidade familiar. Isso aparece em expressões do tipo “a mulher ajuda o marido” ou “a mulher apóia o que o marido decide”, indicando um claro sentido de complementaridade do papel da mulher na produção. Felizmente, uma parcela importante de mulheres já avançou para o rompimento dessas relações domésticas de dominação, consolidando o perfil de uma “nova agricultora”.

O caminho a ser percorrido na construção de novas relações de gênero, de relações igualitárias e solidárias e nos avanços pela igualdade de oportunidades, na sociedade, nos direitos, na produção, na política e nas próprias organizações da agricultura familiar, ainda é longo e exigirá muita reflexão, debate, avaliação e ações concretas.

É necessário avançar nas relações de gênero na dinâmica organizativa da FETRAF-BAHIA, pela criação de meios democráticos que assegurem oportunidades igualitárias de participação de homens e de mulheres, em todos os espaços político-organizativos e pela criação e consolidação de *Coletivos de Mulheres* em todas as instâncias.

Os Coletivos de Mulheres da FETRAF-BAHIA são espaços estratégicos. Além de estimular a organização e a formação sindical das mulheres agricultoras familiares, precisam contribuir no processo de implementação do projeto sindical e de desenvolvimento da agricultura familiar no estado da Bahia. No entanto, é preciso atentar para que as questões de gênero vão além das ações de um setor específico e passem a ser assumidas pelo conjunto da FETRAF-BAHIA. Com este desafio precisamos traduzir os objetivos em definições políticas, considerando as prioridades de trabalho, a aplicação dos recursos financeiros, as liberações de dirigentes e outras condições objetivas e subjetivas para a realização das ações.

Compreendemos que a criação do Coletivo de Mulheres da FETRAF-BAHIA passa pela estratégia de articular grupos de mulheres que já existem para formar grupos de mulheres nas comunidades, organizar os coletivos de mulheres nos sindicatos e constituir um grupo dirigente no estado com capacidade de liderar e de dirigir processos.

As questões de gênero e de geração, para além de suas pautas e de planejamentos específicos, precisam ser compreendidas como temas transversais, ou seja, devem permear o conjunto das ações a serem desempenhadas pela FETRAF-BAHIA, no seu planejamento global.

Desta forma, pretendemos, progressivamente, construir a desejada nova sociedade: mais igualitária, mais democrática e mais solidária que, necessariamente, pressupõe novas relações entre homens e mulheres.

- Como a questão do gênero tem sido discutida no meio sindical da agricultura familiar? Quais os avanços e os desafios?
- Como podemos criar e consolidar Coletivos de Mulheres – ou outras estratégias organizativas – nas comunidades rurais da área de atuação sindical da FETRAF-BAHIA?
- Quais os temas e ações prioritárias a serem desenvolvidas pelos espaços de organização das mulheres?

EDUCAÇÃO DO CAMPO

A FETRAF-BAHIA compreende a Educação do Campo como formação humana, vinculada a uma concepção de campo, com o Movimento Sindical e os Movimentos Sociais como sujeitos deste processo.

A proposta de educação do campo consolidada pela FETRAF-BAHIA se materializa nas experiências desenvolvidas no *Projeto Semear*. Este, enquanto instrumento pedagógico de formação, se assenta nos eixos da educação, trabalho na agricultura familiar e desenvolvimento sustentável e solidário. Suas ações se guiam principalmente na validação de metodologias de elevação de escolaridade ao ensino fundamental, através da educação pública e da profissionalização na gestão da agricultura familiar e no Desenvolvimento Sustentável e Solidário.

Concebemos o trabalho como princípio educativo e de identidade. A prática dos agricultores e das agricultoras é o ponto de partida e o ponto de chegada para conhecer a realidade, em que a prática é também o critério da verdade teórica. Um percurso formativo organizado sob esses pilares requer atividades que possibilitem a reflexão sobre a prática, estabelecendo relações entre tempo escola e tempo comunidade (prática/teoria).

A formação sócio-profissional está associada tanto à educação básica quanto à formação política-social. A vida profissional não se separa dos outros espaços vividos pelos agricultores e agricultoras familiares. A educação se realiza, então, em um processo que envolve absorção, re-elaboração e instrumentalização da cultura (geral e técnica) existente; ou seja, não se separa

a qualificação técnica da apropriação do conhecimento social, patrimônio da humanidade. Os agricultores e as agricultoras adquirem maior conhecimento técnico sobre os processos de trabalho no campo, o que leva a um maior conhecimento técnico sobre o seu processo de trabalho e a um maior controle sobre o processo de produção.

Para efetivar a política de educação do campo na prática, a FETRAF-BAHIA, via Projeto Semear, realiza convênios de cooperação com órgãos públicos no âmbito nacional, estadual e municipal, para a validação de metodologias pedagógicas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, com Elevação de Escolaridade ao Ensino Fundamental, que proporcionam a certificação aos agricultores e às agricultoras Familiares.

A concepção de educação da FETRAF-BAHIA não está presente somente no processo de certificação escolar. Compreendemos a educação como um processo muito mais amplo, que permeia todas as relações sociais nas quais os sujeitos estão envolvidos. Neste sentido, também nas demais formas de atuação da Federação em que estão presentes o debate e a problematização sobre o campo, como a assessoria técnica, as visitas às comunidades, as propostas de organização comunitária, entre outras, estão presentes os nossos princípios de organização comunitária, entre outras, estão presentes os nossos princípios de problematização da realidade, respeito ao ser e aos saberes dos educandos e educandas, construção coletiva do conhecimento, vinculação dos conhecimentos com a prática e com o cotidiano, o trabalho como princípio educativo e a vinculação entre educação e trabalho.

Precisamos continuar defendendo uma educação de qualidade para o campo. Sendo assim, a FETRAF-BAHIA se coloca as seguintes questões para debate:

- Como fazer avançar a implementação de programas e metodologias de educação do campo, voltadas para crianças, jovens e adultos que atendam às especificidades locais, contribuindo para a melhoria e elevação da escolarização no meio rural e aperfeiçoando a execução das políticas públicas que valorizam e reconhecem o campo?
- Quais os princípios que devem nortear a educação do campo defendida pela FETRAF-BAHIA?
- Como a educação do campo promovida pelos movimentos sociais pode se articular com a rede pública de ensino?

CULTURA E MÍSTICA

Entendemos a cultura como um importante e poderoso instrumento de reprodução de ideais, costumes, crenças e tradições transmitidas de geração para geração que, a partir de uma vivência e de uma tradição comum, apresenta-se como a identidade de um povo. Através da cultura o homem desenvolve seus hábitos, costumes, sua maneira de agir, de trabalhar e se relacionar com a sociedade, que inclui conhecimento, crença, arte, moral, leis, influência do ambiente local e outras aptidões adquiridas pelo ser humano como membro da sociedade.

A cultura constitui dinamicamente a identidade dos povos e, por isso mesmo, é mantida com zelo por eles. É a identidade cultural que influencia a personalidade dos sujeitos sociais (padrões de conduta, autonomia, liberdade, solidariedade, etc). A identidade cultural é algo construído cotidianamente, não pode ocorrer às custas da eliminação das raízes históricas de qualquer dos povos ou grupos que compõem a sociedade brasileira.

E quanto às representações sociais da cultura, podem ser compreendidas como uma complexa rede de sentidos que circula, que cria e que recria a própria cultura. Permitem a regulação de comportamentos sociais, a identificação e a distribuição de papéis na sociedade. Então, são as representações que dão sentido ao que é considerado verdadeiro e não são atos neutros, mas são estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade para legitimar um projeto de sociedade e justificar, para os próprios indivíduos, as escolhas e as condutas.

Os Movimentos Sociais do Campo produzem uma idéia de cultura de participação social adequada às problemáticas do campo, respeitando as crenças e as manifestações, incorporando a vida do agricultor e da agricultora familiar. Estamos fazendo produção cultural, não no sentido da afirmação dos padrões dominantes, mas sim a partir da posição das classes populares.

Podemos afirmar que o campo comporta uma grande diversidade cultural, pois é produtor e reprodutor de cultura, como um patrimônio a ser preservado e enriquecido. Trata-se de ressaltar que todos os brasileiros são cidadãos e cidadãs, com direitos constitucionais iguais, inclusive o direito de preservar sua identidade cultural. A diversidade cultural tem marcado a história da humanidade e manifesta-se com traços muito fortes entre nós.

Para efetivar a cultura como uma proposta de política estratégica da FETRAF-BAHIA apresentamos algumas problematizações (indagações), que deverão ser debatidas pelos dirigentes sindicais das bases da Federação e pelas lideranças dos Movimentos Sociais do Campo (parceiros).

- Sabemos que o modelo cultural da sociedade vigente está alheio à realidade dos sujeitos sociais do campo, que são transformados em valores comerciais de "**colonização**" capitalista que impedem afirmação da identidade histórico-crítica dos agricultores e das agricultoras a partir do que ele e ela são, do que sabem e sentem. Diante disso: Quais são os nossos desafios para resgatar e prevalecer o cultivo da cultura ética popular dos sujeitos sociais do campo? Ou seja, que elementos contrários temos que apresentar?
- Como desenvolver atividades (representações culturais) que integrem as entidades sindicais, grupos populares e a comunidade, visando trazer à tona a discussão sobre a problemática do homem da mulher rural no seu contexto social, político, econômico e ambiental?
- Que ações estratégicas podemos construir para criar um canal de discussões da cultura ética popular na educação básica, com propostas curriculares para escolas públicas dos municípios, em parceria com os poderes públicos no âmbito municipal e estadual?

Mística

A FETRAF-BAHIA compreende a mística como uma dimensão humana. É uma forma da pessoa sentir o outro, perceber o mundo e as coisas. A mística possibilita que cada ser humano possa conhecer, reconhecer e revelar-se. Resgata a autonomia da identidade histórico-crítica, despertando as pessoas para a consciência a respeito do real estado das coisas, rompendo com o misticismo das ilusões que estão sobre elas e estimulando um olhar atento e subjetivo para descobrir a realidade da vida, produzindo posicionamentos diante do mundo.

A mística é expressão de fortalecimento da cultura ética popular. Retrata o momento em que as emoções, os sentimentos, afloram em nós e determinam o sentido das palavras, quando a arte de falar e de agir se dá conforme a espontaneidade ética do ser humano, sem interesses de resultados econômicos ou comerciais. A mística produz um significado novo para a vida e para as relações com o mundo e com as outras pessoas, revelando-se através do relacionamento fraternal e solidário. Pode ser um simples gesto, um olhar, uma música, uma mão que entrelaça o corpo do companheiro ou companheira, despertando no coração os mais puros dos sentimentos: o amor pelo ser humano e a sede por justiça social.

A FETRAF-BA incorpora como símbolos, nas suas atividades de formação, debates políticos e vivências dos cotidiano, a celebração da mística com os ritos incorporados da religiosidade, dos elementos naturais: terra, água, flores, plantas, pedras, entre outros, dos elementos de uso subjetivos: chapéu, alforjes, cinto jaleque etc e dos necessários à sobrevivência humana: alimentos, sementes. Além disso, a mística também é compreendida com gestos e atitudes, como um largo sorriso de esperança, que tem a força e a capacidade de mexer de maneira profunda na temperatura e nos temperamentos das pessoas envolvidas.

A mística, para a FETRAF-BAHIA, é um elemento estruturador para pensar o movimento como parte de um processo histórico, enraizado em uma cultura que projeta um mundo ou uma forma de organização societária que ainda não existe, mas cuja idéia resiste no imaginário dos agricultores e das agricultoras familiares, constituindo-se como sujeitos sociais de uma cultura que tem uma forte dimensão de projeto, ou seja, algo que ainda não é, mas que pode vir a ser (nossos sonhos e utopias).

Por fim, entendemos a mística como um processo que educa, mobiliza e produz consciência nos agricultores e nas agricultoras familiares. A sua vivência prática sistematiza na memória histórica e política dos agricultores e agricultoras familiares os sentimentos para deixar, em altas chamadas, os ideais da sociedade utópica, estimulando, assim, a luta social para transformar e alterar a realidade objetiva, que é de opressão e de dominação.

Nossa problematização remonta a pensar nos seguintes desafios:

- Nós, agricultores e agricultoras familiares, como estamos celebrando a nossa mística nas nossas atividades políticas de formação?
- A mística celebrada em nossas organizações retrata as nossas raízes de identidades culturais históricas?

- Que valores simbólicos podemos cultivar nas celebrações das nossas místicas, que orientarão pedagogicamente para a formação educacional dos agricultores e agricultoras familiares e do nosso projeto político de sociedade para campo?

JUVENTUDE RURAL, DESENVOLVIMENTO E A REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

A história do desenvolvimento do campo está combinada com diversos fatores sociais, políticos e econômicos, como a evasão dos jovens rurais para os centros urbanos, descapitalização da agricultura familiar e a falta de perspectivas, motivada particularmente pela educação, que não oferece estímulo para o jovem viver no meio rural. No espaço da Agricultura Familiar está presente também a questão sócio-cultural das relações familiares entre pais e mães e filhos e filhas, pois, muitas vezes, as famílias têm dificuldades em dialogar com os jovens. Muitas famílias são motivadoras da saída destes jovens do campo para a cidade.

É necessário investir em um conjunto de políticas e instrumentos educativos e sócio-culturais de resgate da identidade camponesa, de sua auto-estima e em ações de melhores condições de geração de trabalho e renda para a juventude.

A FETRAF-BAHIA reconhece os jovens e as jovens como sujeitos estratégicos na reprodução social da Agricultura Familiar. Nesta perspectiva, é necessário garantir que a juventude continue na Agricultura Familiar e fortaleça as suas formas de expressão e de participação nos espaços sociais.

Obviamente, nesta perspectiva de garantir que a juventude continue no campo, é necessária a construção de programas de formação, capacitação e qualificação desses jovens, para que se constituam como agricultores e agricultoras familiares conscientes do papel de gestores de agricultura familiar na sua unidade de produção (propriedade), no seu sindicato, na sua associação, com autonomia de liderança, para junto às organizações empreenderem uma intervenção social qualificada.

Esta iniciativa se traduz em um conjunto de processos e de lutas para a juventude, visando a conquista de políticas públicas específicas como educação, saúde, meio ambiente, crédito, assistência técnica, entre outras, com debate em torno das necessidades significativas destes filhos e filhas de agricultores familiares.

Um aspecto que não podemos deixar despercebido é o envolvimento da juventude nas diferentes formas de manifestação cultural, expressas em mística, música, teatro, representações do samba, cantigas de reis etc, retomando a identidade histórica e a auto-estima da juventude da Agricultura Familiar.

Outra ferramenta estratégica está no campo da participação política dos jovens, fortalecendo as diversas formas de organização e de expressão da juventude, assumindo papel de liderança e direção nas organizações diversas,

inclusive nas instâncias organizativas da FETRAF-BAHIA (sindicatos, associações, cooperativas e grupos de produção).

Nossa compreensão é que a juventude da agricultura familiar deve ser mobilizada em termos de agendas específicas e globais. Precisa ser inserida na construção de um projeto de desenvolvimento para o campo e avançar nos processos de organização socioeconômica, ampliando as formas de geração de trabalho e de renda.

Face a esses desafios, problematizamos:

- Quais as necessidades de uma organização da agricultura familiar para envolver a sua juventude?
- Que papel devem cumprir estes jovens para fortalecer a sua organização?
- Qual dinâmica as organizações e as escolas devem desenvolver para potencializar os conhecimentos dos jovens rurais?
- Quais os incentivos necessários para o ingresso dos jovens na obtenção de renda?
- Quais as necessidades profissionalizantes para que os jovens iniciem suas atividades econômicas?

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Podemos admitir que, com o surgimento do movimento sindical na época da ditadura militar, que no âmbito dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo desembocou na criação da Contag, de forte participação da igreja católica, começou no país oficialmente uma espécie de relação formal entre governo e sociedade civil organizada. Entretanto, como a estratégia do governo militar era enfraquecer qualquer tipo de organização que tivesse como bandeira uma identidade combativa, essa relação se deu na forma de aparelhamento do movimento sindical como extensão do próprio governo, através das práticas assistencialistas e da execução de ações ditadas pelo governo.

A partir dos anos 1980, com o surgimento de outras organizações civis, principalmente com a criação da CUT, criou-se uma nova identidade do movimento sindical da cidade e do campo, mais qualificada e organizada sob um foco combativo e de reivindicação, principalmente na defesa por salários justos. Daí começam novas práticas de mobilização, como a paralisação de trabalhadores assalariados (as chamadas *greves*). O movimento sindical mais fortalecido e mais autônomo ganhou espaço para negociação com o governo e com empregadores, na tentativa de conquistar benefícios para os trabalhadores e as trabalhadoras.

Este breve histórico nos faz lembrar que, a partir do surgimento de novas entidades e movimentos, as relações entre o movimento sindical e o Estado passaram do aspecto de convivência para o reivindicativo. A partir dos anos 1990, passou a ser uma relação com foco propositivo, em especial no campo da agricultura familiar.

Com o surgimento de Ongs e de movimentos de luta pela terra, entre outras organizações, muitas delas com propósitos de ações pontuais e que coincidem com as ações do movimento sindical, bem como em várias situações o público trabalhado é o mesmo, temos observado um fortalecimento na relação com o Estado referente às bandeiras de lutas comuns. Ao mesmo tempo, observamos uma superposição de ações e uma falta de planejamento e de melhores estratégias comuns para superação das diversas dificuldades, em aspectos variados, da agricultura familiar no país e no Estado da Bahia.

A FETRAF-BAHIA, que surgiu a partir dos princípios da CUT para se contrapor a um modelo sindical conservador, deve se ater a constituir relações institucionais com o Estado e com entidades da sociedade civil que sejam capazes de levar uma mensagem de autonomia e proposição para o Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Agricultura Familiar, tendo em vista o acúmulo que construiu com parcerias diversas para a criação da própria FETRAF-BAHIA.

Este panorama das relações institucionais nos trazem uma série de questões, como:

- Para uma melhor construção de relações da FETRAF-BAHIA com o Estado e com a sociedade civil, como a agricultura familiar avalia as suas relações institucionais até hoje? Em que avançamos? Onde temos que avançar?
- Como deve ser a relação com os governos federal e estadual, ambos com características populares de esquerda que afirmam ter a agricultura familiar como partícipe da construção?
- Como A FETRAF-BAHIA pode avançar na constituição de melhores relações com entidades parceiras da sociedade civil estadual, nacional e internacional?